

por Celso Pinto
de Seul

(Continuação da 1ª página)

do governo brasileiro também entenderam a proposta como excessivamente tímida. Criticaram, em especial, as extensas e abrangentes recomendações de política econômica que Baker formulou para os devedores, como condições indispensáveis para o deslanche do plano.

Várias idéias vêm sendo discutidas desde a reunião de Baker com os banqueiros em Washington. Já se imaginou, por exemplo, a formação de um fundo conjunto para aplicação dos recursos sugeridos por Baker. Também se estudou a conveniência de reduzir substancialmente o número dos bancos envolvidos no processo efetivo de negociação da dívida externa. Hoje, são cerca de setecentas instituições de todo o mundo, a maioria de médio ou pequeno porte, sem interesse em continuar mantendo carteiras nestes países. São estas instituições, normalmente, que atrasam os processos de negociação e resistem a pedidos de "dinheiro novo". Uma idéia é reduzir este total para bem menos, talvez apenas as duzentas maiores instituições, efetivamente interessadas (ou obrigadas) a continuar no processo.

Obviamente, é difícil montar este afunilamento. Os maiores bancos, teoricamente, poderiam absorver as carteiras das instituições menores. Isto, contudo, faria com que houvesse um aumento em suas "exposures", sem benefício direto dos países endividados. Outras idéias, existem, envolvendo, por exemplo, esquemas de cofinanciamento do BIRD com os bancos ou garantias. Tudo isso deverá ser, agora, amplamente discutido.

RESPOSTA

Parece claro que a iniciativa norte-americana procurou responder, acima de tudo, a uma situação concreta que poderia, de outro modo, deteriorar-se. O México deverá pedir cerca de US\$ 3 bilhões em "new money" no próximo ano. Seu programa de ajuste naufragou, com as linhas mestras do acordo multianual que acabara de assinar com os bancos.

A Argentina, que passou a ser considerada o "bom aluno" no ajuste dos devedores, está com uma situação tranqüila neste ano. Para 1986, contudo, os argentinos já deram indicações de que não aceitarão continuar fazendo um ajuste duro. Para isso, provavelmente, deverão necessitar também de algum "dinheiro novo".

PREOCUPAÇÃO COM O BRASIL

O Brasil é o país que atravessa, por enquanto, a situação mais suave no "front" externo. No entanto, a soma destas turbulências, com o visível esgotamento dos processos recessivos de ajuste, especialmente por razões políticas, e as perspectivas mais pessimistas para o crescimento da economia mundial, formam um caldeirão em perigosa ebulição. Os bancos estão nervosos com isso. Quando países como o Brasil mencionam, mesmo

não oficialmente, a possibilidade de procurar acordos sem passar pelo FMI ou não aceitando programas mais duros, a preocupação dos bancos aumenta.

A conversa do comitê assessor dos bancos com o presidente do Banco Central brasileiro, FERNÃO BRACHER, no domingo, é um exemplo. Os banqueiros usaram um tom duro e insistiram fortemente na necessidade de o Brasil contratar um empréstimo "stand-by" com o FMI. A iniciativa norte-americana, vista da óptica das reais necessidades de recursos destes países, é excessivamente tímida. Ela implica, no caso dos bancos privados, um aumento de seus "exposures" em 2,5% ao ano, um nível que nem sequer repõe a variação inflacionária prevista para os Estados Unidos.

ABERTURA

De toda forma, a proposta abre uma discussão e uma perspectiva. Neste sentido, é uma reação muito mais sensata do que a que os bancos encontraram na reunião anual do FMI de Toronto, em 1982, pouco depois de o México ter declarado uma moratória. Lá, não se abriram brechas de alguma participação dos governos e das instituições internacionais em auxílio dos bancos. A reação foi o pânico e a suspensão dos empréstimos para a América Latina.

AJUSTE NECESSÁRIO

Baker, contudo, procurou respaldar suas idéias com uma enorme lista de condicionalidades para o ajustamento dos países devedores. Seus programas econômicos, disse, devem enfatizar o crescimento privado. Deve ser feito um esforço para mobilização das poupanças internas e externas, que implica uma reforma fiscal, uma "reforma do mercado de trabalho" e desenvolvimento dos mercados financeiros. Ao mesmo tempo, segundo Baker, os países devem abrir seus mercados para encorajar capitais de risco e de empréstimo, liberalizar o comércio exterior e reduzir os subsídios às exportações.

Soma-se a estas exigências, ainda conforme o roteiro contido no discurso do secretário do Tesouro, a necessidade de manter preços, salários, juros e câmbio realistas, e políticas fiscais e monetárias adequadas ao controle inflacionário.

Algumas fontes brasileiras minimizaram a importância da listagem de exigências, alegando que estas colocações são usualmente acrescidas a qualquer forma de plano internacional norte-americano desse tipo. Em outros termos, é algo que tem um peso maior para o consumo interno do que efetivo.

E possível que esta suposição esteja correta. Mesmo assim, é facilmente previsível que embutido no plano de Baker venha uma discussão crescente destes temas.

"Esforços de qualquer país em 'seguir sozinho' podem prejudicar seriamente suas perspectivas para o crescimento futuro", como advertiu, em seu discurso, o secretário norte-americano.

A resposta política de Baker

DÍVIDA EXTERNA

GAZETA MERCANTIL

- 9 OUT 1985

por Celso Pinto
de Seul

A proposta norte-americana para mudar o rumo da negociação da dívida, anunciada ontem pelo secretário do Tesouro, James Baker III, foi "uma primeira resposta política aos reclamos da América Latina", na opinião do ministro da Fazenda, Dilson Funaro.

Baker propôs a ampliação da oferta de recursos pelos bancos privados aos países devedores em US\$ 20 bilhões nos próximos três anos, simultânea a um aumento da aplicação do Banco Mundial (BIRD) e outros bancos de desenvolvimento em US\$ 9 bilhões, no mesmo período. A intenção é sustentar uma retomada do crescimento econômico, condicionada, contudo, a um processo estrito de ajuste dos países endividados.

(O secretário do Tesouro dos EUA disse também, na reunião anual do FMI/Banco Mundial, que o FMI deverá continuar com "o papel central" no monitora-



James Baker III

mento das economias dos endividados; as nações devedoras deverão adotar medidas mais drásticas para controlar seus déficits internos e a inflação.)

Funaro considerou expressivo o plano norte-americano especialmente por seu aspecto político. "Seguidamente, os presidentes de nossos países (latino-americanos) têm pedido que se reconheça a necessidade de crescimento e que se discuta o débi-

to", disse. "Foi o primeiro discurso que ouvimos neste sentido (de autoridades norte-americanas)".

Esta foi, aliás, segundo Funaro, a reação geral dos mexicanos, argentinos e colombianos. No final da tarde, seus ministros da Fazenda reuniram-se na sala da delegação brasileira exatamente para discutir em conjunto o plano de Baker. Todos o teriam considerado um movimento positivo. Esses países, juntos, representam uma dívida superior a US\$ 250 bilhões.

Apesar da boa intenção, Funaro admitiu que a implementação prática da proposta norte-americana está muito pouco clara. O ministro esteve ontem com os presidentes de quatro grandes bancos internacionais, entre os quais o Manufacturers Hanover e o Chase Manhattan. Nenhum dos banqueiros tinha uma ideia precisa, mas "todos acham que se pode chegar a uma solução satisfatória", segundo o relato de Funaro.

Os grandes bancos norte-americanos, pelo que se sabe, começaram a tomar conhecimento do plano, batizado por Baker em seu discurso perante a reunião anual do FMI/Banco Mundial de "Programa para um crescimento sustentado", numa reunião que tiveram com o secretário em Washington há uma semana. Baker expôs o miolo da ideia do Executivo norte-americano e pediu que cada banco elaborasse, por escrito, uma sugestão de como poderia funcionar este novo sistema. Não se conhecem as alternativas enviadas pelos bancos, mas, supostamente, o plano final resultou de algumas dessas ideias.

Apesar disso, os banqueiros presentes em Seul reagiram com certo ceticismo ao discurso de Baker. Na realidade, outros membros

(Continua na página 13)

Alden W. Clausen, presidente do Banco Mundial, pôs fim a uma onda de boatos e anunciou ontem que não pretende continuar em seu cargo quando vencer o atual mandato, em junho do próximo ano. O anúncio provocou aplausos dos delegados que acompanham Paul Volcker, "chairman" do Federal Reserve Board, considerado o mais cotado substituto de Clausen.